

A terceira margem ou Sobre a leitura na relação entre história e literatura

The third margin or On reading in the relationship between history and literature

Lucas André Berno Kölln¹

PINTO, Júlio Pimentel. *Sobre literatura e história: como a ficção constrói a experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

O interesse da historiografia pela literatura tem se intensificado nos últimos anos no Brasil. A quantidade de dossiês voltados à questão em periódicos da área é surpreendente, bem como a profusão de pesquisas de pós-graduação que tomam a literatura como fonte, o crescimento de eventos acadêmicos dedicados a essa relação, e, igualmente, a frequência com que obras voltadas ao tema têm sido publicadas no país, inclusive por grandes editoras.

O novo livro de Júlio Pimentel Pinto, *Sobre literatura e história*, é parte desse gradativo porém notável processo, e tanto contribui para o avanço do debate sobre a relação entre literatura e história, quanto serve de amostra da fortuna crítica que ela pode proporcionar.

O livro reúne uma série de textos de Pimentel publicados desde os anos 2000 e têm grande interlocução com a área em que ele pesquisa e leciona, História da América Latina. Se alternam na coletânea artigos para periódicos científicos, capítulos de livro e ensaios, distribuídos por uma zona limítrofe, entre a historiografia e a crítica literária. O volume é organizado de um modo interessante: primeiro um ensaio teórico sobre a relação entre ficção e história, e em seguida um conjunto de 10 estudos sobre autores e obras estruturados a partir dos andaimes teóricos definidos naquele texto inicial (adidos de mais um ensaio teórico sobre a forma textual “diário”, ao fim do volume).

O ensaio teórico inicial, “Do fingimento à imaginação moral: Diálogos entre ficção e história”, certamente se tornará leitura obrigatória para todos aqueles que pretendem trabalhar com a literatura de um ponto de vista social (quando no campo da crítica) e com a literatura como uma fonte histórica (quando no campo da historiografia). A estrutura do texto encarna esse caráter introdutório na medida em que consiste em uma série de observações lapidares sobre a frutífera e escorregadia relação entre literatura e história, indica uma série de leituras úteis para o pesquisador, e o acautela quanto aos equívocos e simplismos mais comuns quando se pesquisa a dimensão histórica da ficção.

Ao longo das páginas desse ensaio, o leitor é avisado, por exemplo, quanto aos perigos do termo e conceito “reflexo”, quanto à temeridade de buscar

uma correspondência perfeita entre ficcional e real, quanto à necessidade de problematizar a noção de “contexto” para não torná-la uma espécie de muleta argumentativa, quanto à indispensável atenção à dimensão estética da literatura etc., como sintetizado no seguinte parágrafo:

Ou seja, a literatura pode ser, sim, um sismógrafo acurado, inclusive para a história: graças a sua liberdade criativa e ao amplo aparato de recursos estéticos e de linguagem, ela pode perceber com agilidade o que outras narrativas demoram mais a notar. Resta, entretanto, que *nós, historiadores-leitores*, jamais ignoremos a dimensão estética da ficção; que jamais desconsideremos o trabalho em si da escrita: se a ficção tem algo a nos dizer sobre o passado, isso deve ser buscado menos em seu caráter de suposto revelador imediato de um contexto, menos nas informações ‘históricas’ que o texto literário nos oferece – e que, evidentemente, não são dignas de confiança plena – e mais em elementos discretos ou associados *ao trabalho em si da construção do texto, ao contexto cognitivo* [...] que o permitiu (Pinto, 2024, p. 30-31, grifo nosso).

Destacamos os trechos porque eles constituem peças-chave para a visão de Pimentel sobre a relação entre história e literatura: em primeiro lugar, a importância por ele atribuída ao ato da leitura no trato da literatura; e, em seguida, a insistência na apreensão da literatura como acontecimento linguístico (“trabalho em si da construção do texto”) e intelectual (como parte e expressão de um “contexto cognitivo”).

Quanto ao primeiro ponto, estamos diante da maneira como Pimentel busca encaminhar o manuseio da literatura, tanto teórica quanto metodologicamente. Trata-se de algo bastante engenhoso: o autor triangula a relação entre a história e a literatura por meio do ato da leitura, assim deslocando a inflexão exegetica para o leitor.

Classicamente, a atenção crucial do historiador costumava se concentrar na maneira como a realidade se tornava texto literário, ou como aquilo que se chama de real (no sentido de empiricamente atestável) se fazia presente na ficção, como na chamada crítica humanista, nas leituras ditas sociológicas e nos estudos tributários das noções lukácsianas, p. ex. A proposta de Pimentel é mover a atenção principal para o ato da leitura: tanto da leitura que o escritor faz do seu tempo e da tradição literária que o precede, quanto a leitura que o

historiador necessariamente tem de fazer para decifrar o texto literário. Nisto o autor bebe dos debates da estética da recepção, bastante visível na interlocução com Umberto Eco e Roland Barthes, p. ex., e sobretudo com Borges, cujo “primado da leitura sobre a escrita” é uma das pedras angulares da proposta de Pimentel, que ele pratica de modo consistente ao longo de todos os textos do livro.

Um dos resultados desse deslocamento de inflexão para o leitor é que o texto literário se constitui mais no ponto de partida do que no ponto de chegada da análise, de modo que passa a interessar mais como o texto produz uma visão da realidade histórica pelo modo como está constituído, do que como a realidade histórica veio a produzir o texto. A questão-chave é menos como o texto veio a se tornar o que se tornou pela sua condição histórica, e mais o que ele é capaz de significar historicamente mediante o ato da leitura. Conforme, aliás, reza o subtítulo da coletânea: “como a ficção constrói a experiência”.

O texto segue sendo elemento pivotal, mas a atenção está mais “do texto para frente” (leitura) do que “do texto para trás” (escrita), no que se ouve mais uma vez o eco do pressuposto borgeano, o “primado da leitura sobre a escrita”. Donde, portanto, a designação “historiador-leitor” utilizada por Pimentel.

A leitura é o ato fundador, pode-se dizer, e nisso se pressente algo da influência dos *Annales*, mas refratado pela produção intelectual mais recente, que reverbera desde os debates da crítica estruturalista nos anos 1950-1960 até o *linguistic turn* e a iconoclastia hayden-whiteana desde 1970, sobretudo num aspecto decisivo: a grande atenção devotada à dimensão linguística de todo processo de nomeação e qualificação do real.

No *Apologia*, Bloch diferenciou o Antigo Testamento metódico do Novo Testamento *annaliste* asseverando, com dicção bíblica, que naquele se dizia que “No princípio eram os documentos”; enquanto que neste se alteravam os termos afirmando que “No princípio é o espírito” (Bloch, 2001, p. 78-79). Por si mesmos, os documentos não falavam, antes era o espírito inquiridor do historiador que os convocava a falarem, e Bloch foi bastante categórico ao afirmar que “[...] os textos ou os documentos [...] não falam senão quando sabemos interrogá-los” (Bloch, 2001, p. 79). Dito doutro modo: sem quem os leia, os textos do passado correm o risco da esterilidade; é a leitura que os fecunda, tornando-os assim “testemunhos”, como Bloch preferia chamá-los.

Júlio Pimentel é tributário dessa tradição historiográfica, pois ao trazer para o centro da exegese o ato da leitura, reconhece que “No princípio é o espírito”. Mas muita coisa aconteceu desde o marco zero dos *Annales*, e Pimentel incorporou essa fortuna crítica em sua visão da relação entre história e literatura, o que nos leva ao segundo ponto que destacamos anteriormente: a insistência na apreensão da literatura como acontecimento linguístico e intelectual.

Desde os *Annales* pioneiros a historiografia passou por muitas mudanças, dentre as quais destacamos a ascensão do paradigma estruturalista no pós-guerra e, nas décadas seguintes, os debates do chamado *linguistic turn*, além dos provocativos petardos que Hayden White lançava desde o início dos anos 1970. Ao longo desse meio século a historiografia não só foi acossada pelo avanço da Antropologia estruturalista, como também sofreu reviravoltas epistemológicas sob cuja sombra ainda vivemos, desde o paradigma indiciário até a longa duração, da história serial à noção de experiência, além de todos os “retornos” contemporâneos: da narrativa, do sujeito, do político, do acontecimento etc.

Ao longo de todo esse complexo e multifacetado processo cuja arqueologia esse curto espaço não permite, um aspecto se tornou particularmente decisivo para todo o historiador que se propõe a trabalhar com literatura: o peso adquirido pela linguagem como categoria de análise. Parte substancial da matriz teórica estruturalista se estribou com base no *Curso de Linguística Geral* de Saussure, exumado por Lévi-Strauss para servir de espinha dorsal da sua Antropologia estrutural; a Crítica literária, que se firmou no *establishment* acadêmico com o estruturalismo, bebeu dessa mesma fonte; e os debates sobre a dimensão linguística essencial de toda operação intelectual, o *linguistic turn*, fez transbordar esses debates para o conjunto das humanidades.

No caso da historiografia, esses acontecimentos se encarnaram em debates como aquele sobre a narrativa no texto historiográfico, e também as discussões em torno dos argumentos de Hayden White, p. ex. *Grosso modo*, uma das questões centrais era aquela devotada a pensar como os usos linguísticos e a expressão textual, compartilhados pela literatura e pela história, descreviam aproximações e mantinham distâncias entre o material produzido por cada uma delas. Nesse sentido, o terreno do historiador que lida com fontes literárias se tornou mais traiçoeiro e as fronteiras mais cediças, embora a porosidade também tenha servido para provocar um debate enriquecedor.

As marcas desse debate estão presentes em *Sobre literatura e história* desde o primeiro momento, quando se vê, logo na apresentação, Pimentel (2024, p. 7) dizendo categoricamente que “Ficção e história [...] não são a mesma coisa.”. Mas estão também no modo como o autor busca se aproximar da literatura e lidar com seu próprio ofício de historiador, porque se ele se nega a equalizar texto literário e texto historiográfico nivelando-os por uma suposta planura da linguagem, não deixa de reconhecer (e dar peso analítico) o fato de que tanto um quanto o outro são, em variadas medidas, acontecimentos linguísticos e acontecimentos intelectuais. O mais correto talvez seja dizer que são acontecimentos linguísticos porque acontecimentos intelectuais.

Isto acarreta ônus e bônus para a exegese histórica da literatura.

O principal bônus é o providencial reconhecimento da autonomia do texto literário, condição para não ceder aos curtos-circuitos da leitura utilitarista que tende a tomar a literatura como reflexo mecânico do real, por vezes quase excluindo o escritor da equação interpretativa na medida em que parece supor que há uma correia de transmissão entre real e ficcional, que Candido chamou de “sociologismo”. Afinal, literatura é acontecimento linguístico, parte e expressão de um “contexto cognitivo”, diz Pimentel. Esse reconhecimento da autonomia da literatura também evita o uso empobrecedor da noção de “contexto”, que trata o mundo social como algo que circunda a obra antes de constituí-la, levando ao “paralelismo” (Candido, 2006, p. 19) que aparta real e ficcional sob a impressão de que os entrelaça. Por fim, esse reconhecimento aumenta em muito a sensibilidade do historiador-leitor quanto à lógica própria de constituição do texto literário, disponibilizando a dimensão estética, a “economia interna da obra” (Candido, 2006, p. 21), também como campo de análise do historiador.

Em resumo: ao insistir sobre a autonomia do texto literário, Pimentel defende que ele seja tomado como objeto para, então, poder ser tomado como fonte histórica, o que evita equívocos mecanicistas e sofisticada a leitura histórica da literatura.

Esse bônus carrega seu ônus, ao menos potencial, porque o reconhecimento da autonomia da literatura, e sua visão como parte e expressão de um “contexto cognitivo”, pode restringir o alcance de sua significação histórica. A dimensão linguística faz aqui sentir seu peso, pois o texto literário corre

o risco de “se fechar” sobre si mesmo dentro da linguagem, ou, nas palavras de Pimentel, corre o risco de se abrir para o “infinito da linguagem” (Pinto, 2024, p. 229), o que dificulta seu enraizamento no solo social e material. Em outras palavras, se arrisca tornar o texto literário menos eloquente em relação ao mundo que participou de sua constituição porque suas entranhas são linguísticas mais do que são históricas.

Teoricamente, o caráter referencial possível da ficção cede ante a natureza linguisticamente autorreferencial, haja vista “o primado da narrativa sobre o referente” (Pinto, 2024, p. 212). Metodologicamente, a literatura se torna tão objeto que compromete sua capacidade de ser fonte, ao passo que se ameaça tornar toda historiografia feita a partir de literatura necessariamente uma história da literatura. Para usar ainda uma vez a metáfora do reflexo: uma inflação linguística na leitura histórica da literatura arrisca torná-la um espelho diante de outro, reflexo de reflexo de reflexo, sem que se possa dar a saber qual foi o objeto real originalmente posto diante deles.

Esses riscos ocorrem *pari passu* com aqueles advindos da consideração do texto literário como parte de um “contexto cognitivo”. Essa chave de leitura, se por um lado é providencial porque elimina a passividade do escritor ocasionada pelas leituras sociológicas mais ortodoxas, nas quais o sujeito ativo parece ser antes a estrutura social, por outro lado pode conduzir a uma prevalência da história intelectual sobre a história social, uma vez que esse social fica sujeito ao buraco de agulha da mente de um escritor.

Mais do que um destino irreversível, falamos aqui de um perigo potencial, e um cuja síntese mais lapidar talvez tenha sido a famosa afirmação de Sartre: “Paul Valéry é um burguês, mas nem todo burguês é Paul Valéry”. Insistir sobre o benfazejo argumento de que o escritor não é redutível a uma média social, dando relevo a sua atuação como pensador da/na realidade ao invés de reprodutor dela, pode levar ao efeito colateral de fazer seu texto “se fechar” como elemento de significação. O escritor pode se tornar tão particular, tão idiossincrático, que não se pode abri-lo ao social sem a pena de descaracterizá-lo como tal, o que faz com que a exploração histórica de sua obra não consiga ir muito além de suas imediações. Donde a porta por vezes estreita da literatura como acontecimento intelectual, como parte e expressão de um “contexto cognitivo”.

Como transitam numa zona limítrofe entre a historiografia e a crítica literária, essas questões se oferecem com graus variados de urgência para Pimentel. Elas não deixam de se constituir o fio da navalha sobre o qual devem caminhar todos os historiadores que desejem trabalhar com literatura, balançando como costumam estar, entre dois abismos: de um lado o relativismo exegetico; do outro, o determinismo mecânico. Avançar é se manter em pé e evitar o corte definitivo da lâmina, ainda que cada passo adiante encerre a possibilidade do passo em falso. Eis a virtude da dialética, a estabilidade pelo movimento, talvez a lição maior de Pimentel em *Sobre literatura e história*.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou O ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

NOTAS

¹ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor Assistente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. <https://orcid.org/0000-0001-9116-2977>. lucas_kolln@hotmail.com